

# Plano prevê concessão de parques e florestas

Projeto de Alckmin amplia número de áreas protegidas que podem ser 'privatizadas'

**Fábio Leite**  
**Fábio de Castro**

Um antigo projeto de lei recém-modificado pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB) prevê a concessão total ou parcial de grandes áreas públicas protegidas, como parques, florestas e reservas extrativistas, à iniciativa privada. A proposta permite que uma empresa explore economicamente as unidades de conservação por até 30 anos, com atividades turísticas e de extração madeireira, por exemplo, sob a condição de respeitar as leis ambientais.

Levantamento feito pelo Estado com dados do Instituto Florestal e da Fundação Florestal, órgãos estaduais que são os atuais gestores das áreas, identificou 115 unidades que podem ser concedidas, segundo prevê o projeto. A relação inclui ainda monumentos naturais, áreas de proteção ambiental, hortos, viveiros e estações experimentais, que somam 23,5 mil quilômetros quadrados, quase 10% de todo o território paulista.

No projeto anterior, enviado por Alckmin à Assembleia Legislativa em maio de 2013, o plano estava restrito a cinco áreas específicas: os Parques da Canta-

reira, do Jaraguá e de Campos do Jordão, a Estação Experimental de Itirapina e a Floresta de Cajuru. A proposta aguardava votação desde outubro de 2014. Segundo o presidente da Assembleia, Fernando Capez (PSDB), a nova versão deve ser votada nesta semana.

A secretária estadual do Meio Ambiente, Patrícia Iglecias, disse que o governo preferiu estabelecer "regras gerais" para as concessões a elaborar projetos de lei específicos para cada área. "Não é privatização. É o Estado que diz o que deve ou não ser feito", disse, durante audiência pública sobre o projeto na última terça-feira, na Assembleia, onde ouviu críticas ao texto feitas por ambientalistas e servidores do setor.

A proposta define que as concessões ficam condicionadas a algumas exigências ambientais, que variam de acordo com a área que será negociada, como a existência de plano de manejo e a compatibilidade da atividade praticada com a preservação da mata, sob pena de rescisão contratual. "Admite-se a exploração em estações experimentais, desde que as pesquisas científicas já tenham sido feitas, e a restauração florestal deve ser realizada com espécimes exclusiva-

## ÁREAS VERDES

● Parques Estaduais que abrigam remanescentes da Mata Atlântica podem ser concedidos à iniciativa privada

- |   |  |
|---|--|
| <p><b>1 Parque da Cantareira</b><br/>7.916,52 hectares<br/>Circunda o Reservatório Paiva Castro, do Sistema Cantareira</p>                                  | <p><b>8 Parque da Serra do Mar</b><br/>315.390,69 hectares<br/>Tem oito núcleos de preservação da Mata Atlântica</p>                           |
| <p><b>2 Parque Caverna do Diabo</b><br/>40.219,66 hectares<br/>Tem rico ecossistema e atrai visitantes do mundo todo</p>                                    | <p><b>8 Estação Experimental de Itirapina</b><br/>3.212,81 hectares<br/>Destinada à realização de programas e pesquisas</p>                    |
| <p><b>3 Parque Campos do Jordão</b><br/>8.341,00 hectares<br/>Conhecido como Horto Florestal, tem mata de araucária, campos de altitude e mata nebulosa</p> | <p><b>8 Floresta de Cajuru</b><br/>1.909,56 hectares<br/>Inserida no Aquífero Guarani, tem remanescentes do Cerrado</p>                        |
| <p><b>4 Parque de Ilhabela</b><br/>27.025,00 hectares<br/>Arquipélago engloba 12 ilhas, 3 ilhotes, 3 lajes e 1 parcel</p>                                   | <p><b>9 Floresta de Paranapanema</b><br/>1.547,84 hectares<br/>Tem espécies como peroba, ipê, cabreúva, guabirola e cedro</p>                  |
| <p><b>5 Parque do Jaraguá</b><br/>492,68 hectares<br/>Tem o Pico do Jaraguá, que representa o ponto mais alto da cidade de São Paulo</p>                    | <p><b>10 Reserva Taquari</b><br/>1.662,20 hectares<br/>Tem ambientes marinhos e manguezais importantes para a manutenção da biodiversidade</p> |

mente naturais e regionais", exemplificou a secretária.

**Críticas.** O deputado de oposição Luiz Turco (PT), porém, criticou a ausência de uma relação das áreas que podem ser concedidas. "A secretária não considera que os deputados e a sociedade devam ser informados, com toda a clareza e transparência, quais são os próprios estaduais para os quais se pede autorização de concessão", disse. Procurada durante três dias pela reportagem, a secretaria não informou quais áreas pretende

passar à iniciativa privada.

**● Indefinição**  
**"Não dá para saber se as concessões serão boas ou ruins para a conservação. Ainda é um tiro no escuro."**

**Teresa Magro**

ENGENHEIRA FLORESTAL E  
PROFESSORA DA USP



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

## Proposta exige estrutura para fiscalizar contratos

A pesquisadora Silvia Futada, que atua no monitoramento de unidades de conservação pelo Instituto Socioambiental (ISA), afirma que o Estado fará concessões porque não tem estrutura própria para proteger as áreas verdes. No entanto, terá de investir mais para fiscalizar os futuros concessionários.

"O contrato pode ser quebrado caso a concessionária não desempenhe o papel de forma devida. No entanto, para fiscalizar isso em todas as etapas da concessão, é preciso ter um Estado forte e atuante. Hoje, os órgãos responsáveis pela conservação no Estado apresentam várias fragilidades."

Segundo a Fundação Florestal, que administra parte das áreas inseridas no projeto, o órgão tem cerca de 300 servidores de carreira, ou seja, um para cada 17 mil hectares de terra, e a fiscalização das áreas é feita por vigilantes terceirizados.

Teresa Magro, engenheira florestal e professora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP), afirma que a concessão pode ser boa a longo prazo. "Não deveria ser obrigação de um gestor de parques estaduais fazer com que ele seja rentável. Isso pode ocorrer, mas o foco precisa ser a conservação." /F.C.